

NOVO PLANO ECONÔMICO

O plano prevê menor participação do Estado na economia

Eliminar gradativamente a participação do Estado nos investimentos em infraestrutura, que serão passados à iniciativa privada, e concentrar a responsabilidade estatal sobre o setor social. É esta, em síntese, a filosofia do IV PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que o ministro do Planejamento, João Sayad, entrega hoje ao presidente José Sarney.

O documento, de 33 laudas, tem o título de "Diretrizes Gerais de Política Econômica", com o subtítulo "Notas para o Debate Introdutório do IV PND". Foi elaborado nas duas últimas semanas pela assessoria técnica da Seplan e, se for aprovado por Sarney, deverá desencadear um amplo debate nacional sobre o tema. O plano de Sayad é que o texto, transformado em projeto de lei, seja enviado ao Congresso em setembro, para votação, depois de discutido em todo o País.

O ministro do Planejamento pretende que essa discussão se faça sem nenhuma limitação, com a participação não só dos políticos, empresários e acadêmicos, ligados ou não ao governo, como das lideranças das classes trabalhadoras.

No documento, o ministro do Planejamento argumenta que a nova estratégia de ação na área econômica, definida pelo governo, pressupõe uma rigorosa limitação da interferência do Estado na economia e um retorno ao Estado voltado para os interesses sociais da Nação.

Sayad mostra que, nos últimos 20 anos, especialmente a partir da década de 70, o Estado fez vultosos investimentos na infra-estrutura econômica e estimulou o surgimento de uma indústria privada de bens de capital e de consumo, mediante generosa política de incentivos. Essa massa enorme de investimentos produziu um resultado econômico importante, o qual, contudo, não se traduziu em melhoria da situação social da população.

Agora — diz o ministro — chegou a hora de resgatar a dívida social, significando que, a partir do IV PND, haverá uma concentração de investimentos em educação, saúde, habitação e saneamento, promovendo-se paralelamente a melhoria das condições de vida da população e o crescimento do nível de emprego, mediante o estímulo aos setores

industriais que utilizam intensivamente mão-de-obra.

Defende, também, o documento, uma criteriosa reavaliação dos investimentos programados para os projetos de infra-estrutura econômica ainda em andamento, para efeito de verificar quais os que podem ser paralisados ou hibernados, e os que devem ser concluídos a curto prazo, para gerar o retorno dos investimentos realizados.

A partir desse levantamento, que será feito com a participação direta dos ministérios envolvidos, a Seplan acredita que haverá uma sobra de recursos para imediata aplicação nos programas de interesse social. O IV PND, na visão do ministro do Planejamento, não deverá conter metas quantitativas, e sim um conjunto de políticas cuja aplicação gerará os resultados que posteriormente poderão ser quantificados.

Além disso, o propósito não é suspender liminarmente todos os investimentos em infraestrutura, mas reduzir drasticamente a presença do Estado em setores que podem e devem ser ocupados pela iniciativa privada.